

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Sinal alentador

Com a queda do ritmo inflacionário, segundo avaliação preliminar da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desarmam-se, mais uma vez, as expectativas de uma expansão incontrolável de preços. Análise isenta sobre a coleta de valores mercantis no nível do consumidor mostra que a ameaça da hiperinflação, um holocausto sempre previsto nas projeções de certos economistas, passa bem ao largo da economia brasileira, pelo menos na atual conjuntura.

A estimativa em torno de 36 por cento para a inflação do mês corrente seguramente não consagra um desempenho normal. Mas, à vista das circunstâncias, representa um desdobramento razoável do processo, no momento em que, submetidas a graves disfunções, as relações financeiras do sistema econômico desestabilizam o poder aquisitivo da moeda. É imperioso, aliás, situar a crise brasileira no plano restritamente monetário, uma vez que a estrutura produtiva não tem sido afetada, pelo menos de modo apreciável. A indústria voltou, recentemente, a frequentar as estatísticas de crescimento, em grande parte por efeito do aumento da produtividade, se bem que os índices de investimento, insatisfatórios, é certo, observam alguma regularidade. Ainda agora, o Grupo Votorantim, o mais sólido e maior complexo empresarial brasileiro, investe nada menos de 1,5 bilhão de dólares na construção de novos conjuntos industriais em áreas básicas.

Também o comércio desenvolve-se em compasso satisfatório, com faturamento significativamente superior ao percentual inflacionário. Um indicador seguro sobre a evolução do setor são as vendas de brinquedos, que deverão crescer, até o final do exercício, em mais de 200 milhões de dólares em relação ao ano passado. Outro dado expressivo é a manutenção em patamares compatíveis dos níveis de emprego, princi-

palmente nos centros intensamente industrializados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, não resta dúvida em torno da estabilidade do sistema produtivo.

Na dimensão externa, o excelente desempenho das exportações permitiu ao Governo redefinir a atuação do Brasil nos mercados internacionais, por meio de abertura considerável às importações. Pretende-se, assim, não somente assegurar maior velocidade ao processo interno de crescimento, através da importação de bens de capital, como também manter altos níveis de atualização tecnológica.

Vê-se que o perfil da economia brasileira não contém traços inquietantes. A crise cava fundo no plano financeiro, na medida que a inflação desarticula os referenciais de custos e preços, corrói a capacidade aquisitiva dos salários e gera incertezas sobre o futuro. Estimula, de outra parte, o desvio das poupanças para as aplicações especulativas, uma vez que, para reprimir a demanda, o Governo pratica uma política monetária fundada em taxas elevadas de juros.

É evidente que semelhante desarticulação acabará, a longo prazo, por destruir os pilares da economia, pois não há notícia de que alguma nação tenha consolidado sua estrutura de produção em meio à deterioração sistemática dos valores monetários. A desaceleração inflacionária diagnosticada pelo IBGE, nas presentes circunstâncias, é o sinal mais claro de que, impossibilitado de exercer uma política de efeitos estruturais, este governo poderá sustentar a inflação em índice tolerável até o final de sua gestão. Caberá ao futuro presidente da República, autorizado por ampla credibilidade política, movimentar instrumentos drásticos para reconquistar a estabilidade. Por enquanto, o acordo celebrado com os setores produtivos é a forma mais viável para evitar a escalada incontrolável dos preços.